

**GUILHERME ANTUNES DA CUNHA
MIGUEL DO NASCIMENTO COSTA
FELIPE SCALABRIN**

RECURSOS NO PROCESSO CIVIL

**TEORIA GERAL, RECURSOS EM ESPÉCIE
E AÇÕES AUTÔNOMAS**

2ª edição

REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA DE ACORDO COM A
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 125/2022 (RELEVÂNCIA
DA QUESTÃO FEDERAL NO RECURSO ESPECIAL) E COM
O ANTEPROJETO DE LEI PROPOSTO PELO ST

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaió Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Júnior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Recursos no processo civil: teoria geral, recursos em espécie e ações autônomas - Segunda Edição/ Guilherme Antunes da Cunha, Miguel do Nascimento Costa, Felipe Scalabrin. – Londrina, PR: Thoth, 2023.

455 p.

Bibliografias: 443-455

ISBN 978-65-5959-571-6

1. Recursos. 2. Processo Civil. 3. Coisa Julgada. 4. Ação Rescisória. I. da Cunha, Guilherme Antunes. II. Costa, Miguel do Nascimento. III. Scalabrin, Felipe.

CDD 341.46

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES.....	7
APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO	9

CAPÍTULO 1

PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS	21
1 Conceito	21
2 Espécies.....	21
2.1 Sentença	22
2.2 Decisão interlocutória	25
2.3 Despacho	26
2.4 Decisão monocrática.....	28
2.5 Acórdão.....	28
3 Fiscalização dos pronunciamentos	29
3.1 Remédios jurídicos	29
3.2 Dever de fundamentação	30
3.3 Observância dos padrões decisórios	35

CAPÍTULO 2

COISA JULGADA.....	43
1 Introdução	43
2 Classificações	46
2.1 Coisa julgada formal e material	46
2.2 Coisa julgada total e parcial.....	47
2.3 Coisa julgada pro et contra, secundum eventum litis e secundum eventum probationis	49
3 Coisa julgada material	50
3.1 Conceito	50
3.2 Funções	50
3.3 Limites	51
3.3.1 Limites objetivos.....	52
3.3.2 Limites subjetivos.....	55
3.3.3 Limites temporais.....	56
3.5 Eficácia preclusiva	57

3.6 Controle prévio e posterior.....	59
--------------------------------------	----

CAPÍTULO 3

FUNDAMENTOS DO DIREITO DE RECORRER.....	63
---	----

CAPÍTULO 4

RECURSOS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....	67
1 Conceito.....	67
2 Classificações relevantes.....	68
2.1 Recurso ordinário ou extraordinário.....	68
2.2 Recurso total ou parcial.....	70
2.3 Recurso de fundamentação livre ou vinculada.....	70
2.4 Recurso principal ou recurso adesivo.....	71
3 Quadro-sinótico.....	74

CAPÍTULO 5

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	75
1 Princípio do duplo grau.....	75
2 Princípio da taxatividade.....	77
3 Princípio da singularidade unirrrecorribilidade unidade.....	78
4 Princípio da fungibilidade.....	79
5 Princípio da dialeticidade.....	82
6 Princípio da voluntariedade.....	83
7 Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	83
8 Princípio da complementaridade.....	84
9 Princípio da consumação.....	84
10 Princípio da proibição de <i>reformatio in pejus</i>	85

CAPÍTULO 6

ADMISSIBILIDADE E MÉRITO RECURSAL.....	87
1 Introdução: admissibilidade <i>versus</i> mérito recursal.....	87
2 Admissibilidade recursal.....	90
2.1 Requisitos intrínsecos.....	90
2.1.1 Cabimento.....	90
2.1.2 Legitimidade.....	91
2.1.3 Interesse recursal.....	93
2.1.4 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo.....	96
2.2 Requisitos extrínsecos.....	98
2.2.1 Tempestividade.....	98
2.2.2 Regularidade formal.....	102
2.2.3 Preparo.....	103
3 Mérito recursal.....	106

CAPÍTULO 7

EFEITOS DOS RECURSOS	109
1 Efeito obstativo	109
2 Efeito devolutivo	110
3 Efeito suspensivo.....	112
4 Efeito translativo	115
5 Efeito expansivo	117
6 Efeito substitutivo	118
7 Efeito regressivo	119
8 Efeito diferido.....	120

CAPÍTULO 8

APELAÇÃO.....	121
1 Conceito	121
2 Admissibilidade	123
2.1 Cabimento	123
2.2 Demais requisitos	125
3 Efeitos	126
4 Procedimento	135
5 Questões novas na apelação: possibilidade.....	138

CAPÍTULO 9

AGRAVOS: UMA APRESENTAÇÃO CONJUNTA	141
1 Introdução	141
2 Sistemática anterior.....	141
3 Sistemática atual.....	143

CAPÍTULO 10

AGRAVO DE INSTRUMENTO	147
1 Conceito	147
2 Admissibilidade	147
2.1 Cabimento.....	147
2.2 Demais requisitos	161
3 Efeitos e antecipação da tutela recursal.....	165
4 Procedimento	167

CAPÍTULO 11

AGRAVO INTERNO	169
1 Conceito	169
2 Admissibilidade	170
3 Efeitos	171
4 Procedimento	171
5 Questões controvertidas	172

5.1 Recurso manifestamente inadmissível e multa.....	172
5.2 Fungibilidade	174

CAPÍTULO 12

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	175
1 Conceito	175
2 Admissibilidade	176
3 Efeitos	180
4 Procedimento	182
5 Questões controvertidas	183
5.1 Prequestionamento provocado, ficto ou explícito.....	183
5.2 Sucessão de embargos declaratórios.....	186
5.3 Recurso manifestamente protelatório e multa	186
5.4 Ratificação de recurso anterior	187
5.5 Fungibilidade	188

CAPÍTULO 13

RECURSOS EXCEPCIONAIS	191
1 Introdução	191
2 Função desempenhada	192
3 Características comuns	196
3.1 Admissibilidade	196
3.2 Esgotamento das instâncias ordinárias	199
3.3 Prequestionamento (causa decidida)	201
3.4 Vedação ao reexame de provas	204
3.5 Transcendência	208
3.6 Simultaneidade	208
3.7 Fungibilidade	210
4 Efeitos	212
4.1 Efeito devolutivo	212
4.2 Efeito suspensivo.....	213
5 Procedimento.....	215
6 Regime jurídico dos recursos repetitivos.....	222

CAPÍTULO 14

RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	229
1 Conceito.....	229
2 Admissibilidade (cabimento).....	230
2.1 Condições genéricas.....	230
2.1.1 Causa decidida (prequestionamento).....	230
2.1.2 Esgotamento das instâncias ordinárias	231
2.1.3 Repercussão geral.....	232
2.2 Condições específicas.....	236
2.2.1 Contrariar dispositivo da constituição.....	236

2.2.2 Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	238
2.2.3 Julgar válida lei ou ato de governo local em face da constituição.....	239
2.2.4 Julgar válida lei local em face de lei federal.....	240
3 Regime jurídico da repercussão geral	241

CAPÍTULO 15

RECURSO ESPECIAL.....	249
1 Conceito	249
2 Admissibilidade (cabimento)	250
2.1 Condições genéricas	251
2.1.1 Causa decidida (prequestionamento).....	251
2.1.2 Esgotamento das instâncias ordinárias nos tribunais.....	252
2.1.3 Relevância da questão federal.....	252
2.2 Condições específicas	258
2.2.1 Contrariar tratado ou lei federal, ou negar lhes vigência.....	258
2.2.2 Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	259
2.2.3 Dar interpretação divergente em lei federal: dissídio jurisprudencial....	260
3 Regime jurídico da relevância: superação de vícios e desenho decisório perante o Superior Tribunal de Justiça	262

CAPÍTULO 16

AGRAVO DE ADMISSÃO (AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO)	269
1 Conceito	269
2 Admissibilidade	270
3 Efeitos	272
4 Procedimento	274

CAPÍTULO 17

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	277
1 Conceito.....	277
2 Admissibilidade	279
3 Efeitos	283
4 Procedimento	284

CAPÍTULO 18

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	287
1 Conceito.....	287
2 Admissibilidade	287
2.1 Cabimento perante o Superior Tribunal de Justiça	288
2.2 Cabimento perante o Supremo Tribunal Federal	289
3 Efeitos	290
4 Procedimento	291

CAPÍTULO 19

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	293
1 Conceito	293
2 Natureza jurídica	294
3 Pressupostos	296
3.1 Efetiva repetição de processos sobre a mesma questão de direito	297
3.2 Risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica	298
3.3 Ausência de afetação da tese jurídica perante os tribunais superiores.....	299
4 Legitimidade	300
5 Efeitos	301
5.1 Em razão da admissibilidade: suspensão dos processos	301
5.2 Em razão do julgamento: fixação da tese para casos pendentes e futuros	303
6 Procedimento	305
6.1 Instauração	305
6.2 Juízo de admissibilidade.....	307
6.3 Instrução	308
6.4 Julgamento	309
6.5 Recursos cabíveis	309
7 Revisão da tese	311

CAPÍTULO 20

INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	315
1 Conceito	315
2 Natureza jurídica	316
3 Pressupostos	317
4 Legitimidade	318
5 Efeitos	319
5.1 Em razão da admissibilidade: mudança da competência.....	319
5.2 Em razão do julgamento: fixação da tese	319
6 Procedimento	320
6.1 Instauração	320
6.2 Juízo de admissibilidade.....	321
6.3 Julgamento	321
7 Revisão da tese	322

CAPÍTULO 21

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	323
1 Conceito	323
2 Natureza jurídica	325
3 Pressupostos	325
4 Legitimidade	329
5 Procedimento	330
6 Efeitos	331

CAPÍTULO 22

AÇÃO RESCISÓRIA	333
1 Conceito	333
2 Admissibilidade	334
2.1 Decisão transitada em julgado	334
2.2 Decisão rescindível	335
2.3 Afirmação da hipótese de rescindibilidade	337
3 Hipóteses de rescindibilidade	338
3.1 Decisão proferida mediante prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	338
3.2 Decisão proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.....	339
3.3 Decisão que resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.....	339
3.4 Decisão que ofender a coisa julgada.....	341
3.5 Decisão que violar manifestamente norma jurídica	342
3.6 Decisão fundada em prova falsa	349
3.7 Decisão com prova nova obtida pelo autor e cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.....	350
3.8 Decisão fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.....	351
3.9 Decisão de partilha com dolo, coação, erro essencial ou preterição	353
4 Sujeitos	353
4.1 Legitimidade ativa	353
4.2 Legitimidade passiva	355
4.3 Ministério Público	355
5 Competência	356
6 Procedimento	356
6.1 Petição inicial	356
6.2 Atuação do relator	359
6.3 Tutela provisória	360
6.4 Posturas do réu	360
6.5 Instrução	361
6.6 Julgamento	362
6.7 Recursos e impugnações	364
6.8 Cumprimento	364
7 Efeitos da decisão	365
8 Decadência do direito à rescisão	366

CAPÍTULO 23

QUERELA NULLITATIS INSANABILIS	373
1 Conceito	373
2 Admissibilidade	377

3 Procedimento	379
4 Efeitos	380

CAPÍTULO 24

RECLAMAÇÃO	381
1 Conceito	381
2 Admissibilidade	382
3 Procedimento	388
4 Efeitos do julgamento	390

CAPÍTULO 25

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL	391
1 Conceito	391
2 Admissibilidade	392
3 Procedimento	397
4 Efeitos	398

CAPÍTULO 26

PROCESSO NOS TRIBUNAIS	399
1 Introdução	399
2 Competências	400
2.1 Competência recursal	400
2.2 Competência originária	400
3 Procedimento	400
3.1 Distribuição	400
3.2 Atuação do relator	402
3.2.1 Decisão sobre a condução do processo	403
3.2.2 Decisão sobre tutelas provisórias	404
3.2.3 Decisões monocráticas: para inadmitir, negar e dar provimento a recurso	404
3.2.4 Saneamento recursal e preponderância do mérito	410
3.2.5 Decisão sobre o incidente de desconsideração de personalidade jurídica	411
3.2.6 Elaboração de relatório e voto	412
3.2.7 Outras atribuições estabelecidas no regimento interno	412
3.3 Ministério Público	413
3.4 Atuação do revisor	413
3.5 Julgamento colegiado	413
3.5.1 Publicação da pauta	414
3.5.2 Abertura da sessão	416
3.5.3 Exposição do relator	416
3.5.4 Sustentação oral	417
3.5.5 Deliberação do colegiado	421
3.5.6 Apuração dos votos	424
3.5.7 Proclamação do resultado	425

3.5.8 Formação e publicação do acórdão.....	426
3.6 Honorários recursais.....	428
4 Incidentes.....	430
4.1 Ampliação do quórum (art. 942).....	430
4.2 Incidente de assunção de competência	433
4.3 Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	434
4.4 Conversão em diligência.....	434
4.5 Suspensão por pedido de vista	434
4.6 Suspensão por fato superveniente	436
4.7 Modificação de voto.....	438
4.8 Incidente de inconstitucionalidade.....	439
4.9 Questões de ordem e pela ordem	439
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	443